

**Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

**Local: UniFil Campus Ipolon \_ Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 \_ Londrina \_ PR**

**Data: 31 de maio de 2017**

**Horário: 13h30 horas (1ª convocação) - 13h45 (2ª convocação)**

1 Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezessete foi realizada reunião  
2 extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social na UniFil Campus Ipolon, sito a  
3 Rua Alagoas, 2015 – Centro, Londrina – PR. Os participantes desta reunião foram registrados  
4 em lista de presença devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em segunda  
5 chamada, às treze horas e cinquenta e sete minutos e é presidida pela primeira secretária  
6 Marina Bertonccini de Andrade visto a ausência da presidente Valmirete Alves. Em seguida é  
7 feita a leitura da pauta para apreciação e aprovação **1. Apresentação e aprovação da**  
8 **pauta; 2. Aprovação de Ata: 10/05; 3. Comissão de Fundo; 4. Apresentação dos**  
9 **Projetos para Construção de CRAS e CREAS – Proposta voluntária do MDS-2017; 5.**  
10 **Conferência Municipal de Assistência Social; 6. Proteção e Desproteção do SUAS em**  
11 **Londrina; encerramento.** Após a leitura, a conselheira Luana Campos sugere a inversão do  
12 ponto 4 para ponto 3 visto a ausência da coordenadora da comissão de fundo Márcia Valim  
13 responsável pelo ponto de pauta da comissão. Após sugestão a pauta foi aprovada. **2.**  
14 **Aprovação de Ata: 10/05;** questionado aos conselheiros presentes se havia sugestão de  
15 alteração da ata, não houve manifestações sendo a ata aprovada. **3. Apresentação dos**  
16 **Projetos para Construção de CRAS e CREAS – Proposta voluntária do MDS-2017;**  
17 Gisele Tavares contextualiza o processo de abertura de inscrição de projetos ao MDSA para  
18 processo de seleção de financiamento de obras e reformas. Refere sobre as discussões já  
19 realizadas neste conselho e a política municipal de assistência social. Assim, traz como  
20 proposta a construção do CRAS Rural e de uma unidade de CREAS. Relata que, dos dez  
21 CRAS existentes no município, seja já estão instalados em construções realizadas para  
22 sediar o serviço, faltando ainda a construção do CRAS Oeste A, Sul A e Rural. Quanto aos  
23 CREAS, informa que, o centro pop está instalado em construção realizada para este fim, o  
24 CREAS III também, sendo necessária a construção para o CREAS II, já solicitado através de  
25 emenda parlamentar, restando apenas a sede do CREAS IV para construção. Diante desses  
26 fatos é que foi construída a proposta apresentada ao conselho. Justifica ainda que, devido o  
27 valor disponibilizado que é de trezentos e cinquenta mil reais, só será possível a construção  
28 de uma unidade de CRAS nas medidas do projeto menor proposto pelo MDAS, assim, a  
29 opção foi pelo CRAS Rural uma vez que a equipe é itinerante, não tendo um número efetivo

**Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

30 de atendimento realizados na sede. Ressalta que há a proposta de construção de centros de  
31 múltiplos usos nos distritos, entretanto, este tipo de obra não cabe na proposta aberta pelo  
32 ministério. Faz a leitura do documento enviado a SMAS com as possibilidades de  
33 apresentação de projetos. Luana Campos questiona o valor oferecido para construção do  
34 Centro Dia e Gisele informa que é de quinhentos e cinquenta mil reais. Luana questiona se  
35 poderia ser inscrito projeto para a construção desse serviço e Gisele reflete que seria  
36 necessário amadurecer o debate sobre este serviço e fazer uma proposta para a gestão.  
37 Reforça que a implantação de Centro Dia foi inserida no PPA. Gisele elucida as dúvidas  
38 quanto a metragem e quantidade de salas do projeto para o CRAS. Reforça que o projeto é  
39 para concorrer ao edital, sem garantia de recebimento da verba. Questionada novamente,  
40 Gisele informa que seria possível a construção do Centro Dia posteriormente através de  
41 recursos de emenda parlamentar. Sueli de Melo Bernardele, representante da entidade Casa  
42 de Maria questiona e Gisele reforça mais uma vez que o projeto irá para concorrer a seleção  
43 do edital, não tendo garantias de recebimento do financiamento. **4. Comissão de Fundo;** A  
44 conselheira Márcia Paiva iniciou o relato esclarecendo que, de acordo com o Regimento  
45 Interno só é necessário quórum para deliberação quando se tratar de aprovação do próprio  
46 Regimento Interno do CMAS e do Orçamento mas que, considerando os apontamentos da  
47 conselheira Neusa Tiba sobre aspectos éticos e moral, se referindo ao esvaziamento do  
48 Conselho na última reunião para submeter a deliberação do CMAS, era importante esclarecer  
49 que os pontos apresentados pela Comissão de Fundo na última reunião já haviam sido  
50 deliberados pelo CMAS, mas que a Comissão de Fundo tem tido a prática de apresentar ao  
51 conselho os desdobramentos para acompanhamento e deliberação dos encaminhamentos  
52 efetuados à partir das Resoluções, entendendo ser indispensável que o CMAS acompanhe  
53 todos os processos. Resgatou inclusive que, no caso do Bom Samaritano discutido na última  
54 reunião, não houve alteração do valor deliberado, mas foi solicitado aquisição de  
55 equipamentos para Operação Noite Fria, e que, o outro ponto sobre o repasse de recursos  
56 para o pagamento de pessoal, o CMAS já deliberou sobre o percentual de até 60% dos  
57 recursos externos mas, em virtude dos atrasos dos repasses pelo MDSA e dos saldos, tem  
58 sido necessário fazer a gestão dos recursos disponíveis entre os serviços, contratos e  
59 pessoal, e por isso tem sido apresentado as propostas da Comissão de Fundo para,  
60 inclusive, garantir a compreensão e acompanhamento dos saldos. Dando continuidade, a  
61 conselheira retomou os informes do dia: Em relação ao aumento do número de PMTR, a

**Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

62 Comissão de Fundo recebeu a informação da SMAS que já foi liberado e que a correção do  
63 valor do cupom ainda não foi efetuada em virtude de ser executado através de convênio, e  
64 também porque o prefeito ainda não assinou o Decreto relativo a correção da subvenção,  
65 cupom. Quanto ao aumento de metas do PMTR, Ana Cristina Góes questiona a  
66 operacionalização de fato e Márcia elucida que, segundo informado, já está liberado no  
67 sistema para pedido de inclusão. No que se refere ao Provopar, foi justificado que o que  
68 acarretou os atrasos foi a mudança de diretoria, e que ainda não haviam mandado os  
69 documentos para o aditivo relativo as correções deliberadas a partir da LDO. Josiani  
70 Nogueira, diretora da PSE questiona sobre aumento das metas do PMTR para o Centro Pop  
71 e Márcia informa que não, contextualizando que, no período de discussão houve proposta  
72 para o aumento do PMTR, refeições no restaurante popular e lanches, entretanto, foi  
73 deliberado por um pequeno aumento no numero de refeições mas não foi colocado como  
74 prioridade o aumento do PMTR do Centro Pop uma vez que o orçamento não seria suficiente  
75 e o conselho precisou se debruçar sobre as necessidades e elencar prioridades. Márcia  
76 Paiva, também pontuou que em relação aos outros benefícios, a Comissão de Fundo  
77 solicitou o levantamento dos saldos relativo ao Orçamento, e que em relação ao Auxílio  
78 Natalidade é fundamental garantir o repasse aos usuários que estão solicitando observando  
79 os prazos previstos. Sandra Nishimura relata que em 2011/2012 houveram longas filas para  
80 realizar o cadastro único para concessão do Auxilio Natalidade, entretanto, por incapacidade  
81 de gestão, isso dificultou o acesso ao benefício. Considera que houve aumento da demanda.  
82 Informa que, anteriormente o teto estabelecido para concessão era de vinte mil reais ao mês,  
83 entretanto, havendo saldo do PMTR estava sendo pago até o valor de vinte e cinco mil até  
84 trinta e cinco mil reais. Márcia Paiva refere ser indispensável levantar as pendencias relativos  
85 ao Auxílio Funeral, retomando a discussão efetuada em relação ao orçamento de 2017 em  
86 2016, pois era de conhecimento da gestão que o orçamento não cobria todos os  
87 compromissos, e que o CMAS discutiu e deliberou que o pagamento da ACESF não seria  
88 prioridade. Márcia também resgatou que ACESF não enviava as cobranças periodicamente  
89 para os pagamentos, o que de fato comprometeu muito a execução do orçamento, também  
90 pontuou ser indispensável retomar a discussão sobre os valores cobrados pela ACESF que  
91 não remete aos custos do serviço, mas que estão cobrando os valores considerando outras  
92 taxas, lucros, e que será necessário um acordo ou acerto junto a ACESF sobre as  
93 pendências. Também foi apontado que a Comissão solicitará os valores relativos aos

**Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

94 benefícios eventuais, como as passagens, lanches, cartões. A Comissão de Fundo solicitou  
95 que o CMAS delibere sobre a fonte 938, autorizando o repasse para o pagamento de pessoal  
96 no valor equivalente a um mês para pagamento de pessoal da média complexidade,  
97 deliberação favorável. Em relação a Casa de Maria, Márcia informa o pedido de redução das  
98 metas atendidas pela entidade, que o judiciário já está ciente e já passará a receber valor a  
99 menor pelas metas que deixou de atender. Refere ser importante retomar quais foram os  
100 encaminhamentos efetuados em relação as metas. Adriana Santos faz proposta que seja  
101 encaminhado ofício do CMAS para a SMAS solicitando proposta referente ao serviço de  
102 acolhimento de crianças e adolescentes, uma vez que está havendo pedido de redução de  
103 vagas e quais providencias a gestão poderá tomar a respeito disso. Luana Campos refere  
104 que, aproveitando a fala sobre acolhimento de crianças e adolescentes, sugere que seja  
105 solicitado à SMAS também posicionamento sobre a situação atual da APP Vida, verificar  
106 quais as possibilidades de continuidade do convenio para caso haja impedimento, sejam  
107 tomadas as devidas providencias para a continuidade do serviço. Gisele Tavares refere que a  
108 juíza (???) solicitou à SMAS plano de providencia e que este deve ser apresentado para  
109 conhecimento do CMAS. Refere que, o CMAS questionando e solicitando informações,  
110 movimenta a necessidade de reflexão e ações do poder público. Márcia pontua também a  
111 necessidade de retomar quais os encaminhamentos efetuados no que se refere ao  
112 reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar. Após as discussões foram  
113 deliberados pelo conselho as seguintes providências: envio e ofício à SMAS referente ao  
114 PAIF, contextualizado a nova lei do marco regulatório. Ofício referente a entidade APP Vida  
115 sobre o plano de providencias. Ofício referente ao Provopar e os Benefícios e cadastradores  
116 do cadastro único. Ofício referente ao acolhimento de crianças e adolescentes no que diz  
117 respeito a redução das metas, providencias e tratativas do judiciário a respeito do assunto.  
118 Ofício referente as deliberações deste conselho no que tange ao acolhimento familiar. A  
119 Conselheira Gisele faz fala referente ao convenio com a entidade Casa Acolhedora e  
120 contextualiza a diferença do tempo dos outros contratos, tendo o vencimento em junho deste  
121 ano. Marina Andrade questiona o serviço executado pela entidade e Márcia Valim o número  
122 de metas atendidas, Gisele Tavares esclarece que o convenio é para execução de serviço de  
123 convivência e fortalecimento de vínculos na região do parque universidade, que são  
124 atendidas noventa metas. Refere as regras da Lei do Marco Regulatório sendo necessário  
125 alterar o contato e as buscas de alternativas com o fechamento do convenio em doze de julho

**Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

126 do presente ano como a projeção de gastos até o final do ano utilizando recursos do  
127 município adiantando gastos para economizar recursos da entidade. Relatou que a PGM  
128 autorizou o aditivo de valor para Casa Acolhedora, e que já esta para assinatura do Prefeito,  
129 quanto a assinatura dos aditivos dos contratos de convenio referentes ao acréscimo  
130 estabelecido na LDO, informou que haveria uma força tarefa no gabinete do prefeito na data  
131 de ontem para assinatura de documentos, entretanto, não foi informado se os aditivos  
132 estavam no montante para assinatura. Também informou ser possível desencadear novo  
133 processo de formalização por dispensa de chamamento, sinalizando a necessidade de  
134 deliberar sobre a dispensa futuramente neste conselho. Márcia Paiva observou a  
135 necessidade de grande publicidade quanto isso for pautado no conselho e de todo o  
136 processo respaldando o CMAS em relação as deliberações e encaminhamentos. Em relação  
137 aos Convênios Gisele retoma a resolução nº13 deste conselho referente ao remanejamento  
138 de saldo, informa que foi solicitado adequações orçamentarias em relação as fontes externas  
139 para repasse dentro do limite convenial e dos saldos financeiros, que foi realizada análise  
140 considerando os saldos para repasse de imediato ao SCFV. Gisele observou que  
141 considerando os saldos e repasses, ainda está pendente o aditivo dos aportes e devoluções  
142 em virtude dos recursos financeiros não disponíveis. É solicitada a deliberação de abertura  
143 de superávit das seguintes fontes: 755 no valor de um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e  
144 dois centavos; 935 no valor de vinte e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte e  
145 seis centavos e da fonte 939 no valor de duzentos e quarenta e oito mil, trinta e dois reais e  
146 vinte e quatro centavos. Refere que desta última fonte já foram abertos trezentos e vinte e  
147 três mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos em atendimento conforme a  
148 resolução nº01/2017 do CMAS. Abertura de superávit deliberada pelo conselho. Márcia Paiva  
149 faz fala sobre o Acessuas Trabalho e refere que já foram deliberados os recursos do  
150 CEDCA/FIA no CMDCA. Gisele informa que não é necessária a deliberação no CMAS.  
151 Adriana Santos informa sobre a apresentação dos recursos e serviços no CMDCA e que a  
152 partilha será discutida nas comissões de serviços. Márcia Paiva fala sobre a utilização do  
153 recurso para prioridade de atividades fins ao invés de contratação de empresas como o  
154 sistema S por exemplo. Adriana Santos informa que para a aprendizagem os recursos serão  
155 para entidades que tenham inserção no CMAS e CMDCA. **5. Conferência Municipal de**  
156 **Assistência Social;** Jenifer Pelinser inicia falando sobre os preparativos para a audiência  
157 pública no próximo dia vinte e oito de junho, contextualizando as reuniões realizadas pela

**Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

158 comissão organizadora. Refere a dificuldade enfrentada visto que os componentes da  
159 comissão que compareceram as reuniões não tem experiência na realização de audiência  
160 pública associada a pré conferencia dos trabalhadores, sendo assim, foi decidido pela divisão  
161 do tempo entre a audiência, no primeiro horário e logo após, a realização da pré conferencia  
162 das entidades. Refere que já foi elaborado edital com a programação e que este precisa ser  
163 publicado. Marina Andrade informa que o monitoramento irá apresentar os serviços, que  
164 haverá discussão nas comissões para inserir a demanda reprimida. Márcia Paiva fala sobre a  
165 deliberação do CMAS para fazer a audiência e que, pelos prazos propostos, foi necessário  
166 juntar com a pré conferencia das entidades para que a discussão também fosse mais  
167 ampliada. Jeniffer Pelinser refere sobre a necessidade de oferta de lanche e espaço para as  
168 crianças no momento da audiência pública visto a participação dos usuários. Quanto a pré  
169 conferencia das entidades, devido a participação nos territórios, propõe não haver uma  
170 explanação mais detalhada dos eixos. Marcia Paiva solicita o envio do material adiantado  
171 para as diretorias das instituições que por vezes não participa das prés nos territórios. Ana  
172 Cristina Góes refere sobre o debate e as propostas oriundas da audiência pública serem  
173 incorporadas a pré conferencia. Márcia Paiva propõe que a plenária das entidades vote essas  
174 propostas provenientes do debate para a validação. Realizada as alterações necessárias no  
175 edital da audiência pública. Questionado sobre o edital da pré conferencia, foi esclarecido  
176 que não é necessário visto que as pré conferencias nos territórios também não fazem edital.  
177 Realizada a alteração no texto do edital, foi informado que outros detalhes serão trazidos pela  
178 comissão do conselho. Márcia Paiva recorda a necessidade de envio de ofício com a data  
179 para as entidades e espaço para os banners. Sobre a conferencia municipal de assistência  
180 social, Adriana Santos traz o edital para aprovação e publicação. Paulo Aragão questiona  
181 sobre tempo para as falas. É alterado o tempo para votação. Apresentados os demais pontos  
182 o edital é aprovado. Apresentadas as comissões que deverão compor o processo de  
183 organização e realização da conferencia. Apresentada a planilha de datas das pré  
184 conferencias atualizada. **6. Proteção e Desproteção do SUAS em Londrina;** Trabalhadores  
185 da Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Londrina fazem entrega de  
186 documento. Informado que a Secretária de Assistência Social do município tinha outra  
187 agenda, não foi comunicada e, portanto, não está presente na reunião para ter direito a fala.  
188 É realizada a leitura do documento entregue pela proteção social especial. Após a leitura, a  
189 servidora Daniely Cristina Sarzi faz a seguinte fala que solicita constar em ata: “No CREAS 2,

**Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

190 *unidade que executa dois serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade,*  
191 *também teria ocorrido o remanejamento abrupto de componentes da equipe, o que poderia*  
192 *ter como consequência a permanência de um único profissional da área de psicologia como*  
193 *referencia para duas regiões (centro e rural) sem, até o momento, ter havido a reposição*  
194 *funcional do profissional de serviço social. Esta situação, se comprovada, fere as orientações*  
195 *da NOB/RH/SUAS e SINASE, e pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento do trabalho,*  
196 *bem como causar morosidade e descontinuidade no acompanhamento dos adolescentes e*  
197 *famílias referenciadas, perdendo a perspectiva multidisciplinar do trabalho social*  
198 *desenvolvido, condição incompatível com as normativas já citadas.”* Afirma ainda que,  
199 enquanto trabalhadora do serviço CREAS 2, este tema tem sido abordado pela Coordenação  
200 do serviço nas reuniões de equipe. Logo após a conselheira Josiani Nogueira, diretora da  
201 PSE, pede a palavra e refere sobre a dificuldade de não ter gerência na média complexidade,  
202 cargo extinto na nova gestão, e que considera fazer toda a diferença na gestão dos serviços.  
203 Fala que precisava de um tempo de amadurecimento e esclareceu que a servidora Marina  
204 Bertoncini de Andrade foi nomeada para assumir a gerencia de média complexidade dentro  
205 da diretoria da PSE. Josiani fala da descontinuidade das ações e entende ser normal em um  
206 processo de transição, que considera uma coisa normal que com o tempo irá se organizar.  
207 Em relação ao Centro Pop, refere que, normalmente se junta o centro pop e o serviço de  
208 abordagem social, que os remanejamentos efetuados foram feitos no sentido de melhorar e  
209 apresenta a composição atual decorrente deste reordenamento. Apontou que foram pagas  
210 horas extras em pecúnio, detalhou as providencias visto os cortes de horas extras e solicitou  
211 a retomada da equipe. Observou que assim do retorno já tem uma proposta para a equipe  
212 com a ampliação à noite. Quanto a revista dos usuários citada no documento, fala do  
213 desconforto que causa esse procedimento e que, dentro da própria equipe existem diferentes  
214 posições. Esclarece que na espera dos banhos eles ficam soltos, relatou que já aconteceu  
215 incidentes violentos e que se faz necessário avaliar e retomar. Em relação ao banho, foi  
216 falado sobre a restrição em função da capacidade do espaço e Josiani fala do aumento da  
217 demanda. Em relação ao CREAS III, observou que é um processo e que tem várias coisas  
218 que aconteceram, como retorno de licença e que será necessário ter um tempo até para que  
219 as coisas não sejam feitas de forma abruptas. Refere a falta de TGP na SMAS e que sobre  
220 isso já conversou com a Secretária Nadia Moura. Registre-se que a lista de presença é  
221 documento integrante desta ata. A reunião é encerrada às 18H00, sendo o que havia a ser

**Ata Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

222 relatado, eu, Luana Garcia Campos, 2<sup>a</sup> Secretária deste Conselho, redijo a presente ata  
223 desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.